



CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ACTA N.º 32/2009

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDENTE:

António dos Santos Robalo

VEREADORES:

António Bernardo Morgado Gomes Dionísio

Maria Delfina Gonçalves Marques Leal

Joaquim Fernando Ricardo

Luís Manuel Nunes Sanches

Ernesto Cunha

Sandra Isabel Santos Fortuna

FALTARAM POR MOTIVO JUSTIFICADO:

HORA DE ABERTURA:

Dez Horas

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

SALDO DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009-----> *Op. Orçamental:* 277.737,14 €
Op. Não Orçamental: 684.382,95 €

- ❖ Às dez horas o Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. -----
- ❖ Em cumprimento do disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, **apreciar** e **votar** todos os assuntos apresentados pela Presidência da Câmara e não incluídos na Ordem de Trabalhos elaborada para a presente reunião. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- ❖ O **Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer que:
 - ✚ Tinha uma reunião c/ a Associação de Municípios do Vale do Côa pelo que teria de sair pelas 15,30 horas.
 - ✚ Propunha que a próxima reunião ordinária do executivo se realizasse no próximo dia 29/12/09. Deliberado, por unanimidade, **aprovar** a proposta. -----
- ❖ O **Vereador Joaquim Ricardo** tomou a palavra para dizer que com os fogos florestais do último Verão, na zona de Sortelha e Aldeia de Stº António tinham ficado algumas sobras florestais não ardidas e tem vindo a ser confrontado com o facto de alguns proprietários quererem cortar as árvores não ardidas o que fazia com que aquela zona ficasse desprovida de qualquer fonte de oxigénio e que algumas pessoas se sentiam revoltadas com esse facto. Assim perguntou se a Câmara podia de alguma forma impedir o corte rasante daquelas árvores. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que o Plano Municipal de Defesa da Floresta estava aprovado, pelo que iria solicitar aos técnicos municipais responsáveis por essa área para estarem atentos e ver o que era preciso fazer.-----

ORDEM DO DIA

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** as actas da *reunião ordinária* de 04/12/09 e 11/12/09. Relativamente à acta da reunião de 27/11/09 a Vereadora **Sandra Fortuna** tomou a palavra para dizer que não concordava que ficasse transcrita em acta a carta enviada pelo Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Sabugal +. -----

Tomando a palavra o Vereador **Joaquim Ricardo** disse que era também da mesma opinião, pois entendia que os termos utilizados e a forma como se dirigia ao executivo não eram os mais adequados para o Presidente de uma Empresa Municipal, que depende directamente do executivo, dando-se-lhe ainda por cima relevância, em termos de acta. Não sabia qual o sentido ou finalidade...

O **Presidente da Câmara** tomando a palavra disse que queria que a carta ficasse transcrita na acta porque se tivesse que a retirar iria querer que ficasse na acta de hoje, dia 16/12/09, porque achava importante a posição tomada pelo Presidente da Conselho de Administração que a tinha entregue

ao Presidente da Câmara para que a veiculasse aos Vereadores, sendo que estes tinham sempre a possibilidade de, sobre ela, fazer as intervenções que entendessem.-----

Tomando a palavra o Vereador **António Dionísio** disse que o que estava em questão era o facto de se saber como é que o Presidente do Conselho de Administração da Sabugal +, embora soubesse que tinha havido um Conselho de Administração reprovado, tinha tomado a decisão de escrever tal carta sem que tivesse sido tomada qualquer decisão pelo executivo. É que só havia coerência se o executivo já tivesse decidido sobre o nomeação do Conselho de Administração. e quando soubesse que não tinha sido nomeado para qualquer cargo. Aqui o **Presidente da Câmara** interrompeu para esclarecer que ele sabia que o nome dele tinha sido recusado ao que o Vereador **António Dionísio** continuando disse que o que tinha sido recusado tinha sido um Conselho de Administração, pelo que entendia que a carta tinha sido feita fora de tempo.-----

Continuando o Vereador **Joaquim Ricardo** disse que na carta, em determinada altura, escreveu “*Vêm agora alguns membros do executivo mostrar o seu desagrado em relação à gestão da Sabugal +, responsabilizando o Presidente do Conselho de Administração, Norberto Manso, dizendo que pretendem uma mudança da direcção, com o reparo de que esta está a ser mal gerida. No entanto, aprovam o Plano de Actividades e Investimento para 2010*”.... É que nesta altura ainda nem sequer estavam aprovadas as actas! Como tinha ele sabido disto. Não sabia ... o sr. Presidente teria toda a legitimidade para querer que o texto fosse transcrito mas se assim fosse sentia-se na obrigação de fazer a declaração de voto que entendesse.--

Tomando a palavra a Vereadora **Sandra Fortuna** disse que todos os planos de actividades podiam ser alterados, pelo que entendia que o texto era muito precipitado, pois estavam a ser feitas críticas que não considerava nem as podia assumir. -----

O **Presidente da Câmara** tomando a palavra disse que colocada a transcrição da carta na acta com toda a liberdade os vereadores poderiam também colocar os textos que entendessem sobre a sua abordagem ao texto.-----

Tomando a palavra a Vereadora **Sandra Fortuna** disse que alguém que na posição de Presidente do Conselho de Administração da Sabugal + tinha de estar susceptível de críticas e por vezes as críticas não eram críticas de “*deitar a baixo*”, como vinha na carta. O **Presidente da Câmara** interrompeu para, de novo referir, que o que vinha no texto da carta podia ser contrariado nas declarações que entendessem fazer.-----

O Vereador **António Dionísio** tomou a palavra para dizer que se alguém sentia que as coisas não estavam a correr bem vinha ao executivo e explicava a situação mas, o que acontecera foi que o Presidente do Conselho de Administração da Sabugal + em vez de se dirigir ao executivo para explicar o que entendesse por bem, tinha entregue ao **Presidente da Câmara** uma carta para que a fizesse chegar aos vereadores e por aí não tinha andado bem, pelo que se a carta ficasse transcrita em acta sentia-se no direito de fazer a sua declaração de voto. -----

Finalmente e depois de pequenas correcções foi posta a acta a votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade, com as seguintes declarações de voto: -----

“ Declaração de Voto do Vereador Joaquim Ricardo

A acta é um relato oficial das decisões tomadas em assembleias, reuniões ou conselhos.

Um assunto (em regra) para ser discutido na reunião de Câmara, conforme já foi deliberado, tem que fazer parte da Ordem de Trabalhos para essa reunião.

Ora, na ordem de trabalhos da reunião do dia 27 de Novembro não constava qualquer ponto nem lá foi colocado adicionalmente, qualquer assunto relacionado com a gestão da Empresa Sabugal +, EM.

Nessa reunião foram, sim, entregues três documentos escritos para estudo e análise, a saber: Regulamento do Banco de Voluntariado do Sabugal, Estatutos da União das Entidades Gestoras de Caça e Pesca do Sabugal (Côacaça) e uma Exposição da Empresa Sabugal +, EM.

*Pelo exposto e uma vez que o assunto relacionado com a Empresa Sabugal +, EM não constava da Ordem de Trabalhos e por isso não foi discutido na reunião agora objecto de aprovação, o meu voto é **CONTRA** a inclusão na acta deste ponto”.-----*

“Declaração de Voto do Vereador António Dionísio:

Na Reunião de Câmara do dia 27/11/09, foi entregue um documento que dizia respeito à Empresa Municipal Sabugal+, E.M. O referido documento, não estava inserido na ordem de trabalhos, logo não se procedeu à sua análise.

Foi assim, com grande perplexidade que verifiquei que o documento em causa estava transcrito na acta do dia 27/11/09.

Questiono se os conteúdos inseridos nas actas, não devem dizer apenas respeito aos assuntos tratados nas reuniões?

Como é possível um documento que não foi objecto de análise estar transcrito numa acta da reunião de câmara?” -----

Os trabalhos foram interrompidos para almoço, pelas 13,00 horas tendo sido retomados pelas 14,30 horas.-----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

DIVERSOS

- ❖ Carta de **Fernando Luís Janela Birra** a solicitar apoio financeiro para fazer face aos custos decorrentes com a edição de um livro de poesia. Deliberado, por unanimidade, **adquirir** à Editora **Edições Scopy**, 50 exemplares ao preço de 6,69€/cada. -----

- ❖ Carta da **Universidade da Beira Interior** a solicitar a renovação do contrato de colaboração aprovado em reunião de Câmara de 03/10/08, tendo como objecto o “*Concepção e Projecto da Estrada para Ligação à A23; Levantamento e Acompanhamento Topográfico; Projecto e Acompanhamento Geotécnico e Acompanhamento da Obra de Abertura*” , para o período de 01/12/09 a 30/11/2010. Deliberado, por unanimidade renovar o contrato de colaboração, cujo encargo financeiro é de 6.200,00€/mês, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar o protocolo** a celebrar com a **Escola Secundária C/3º CEB do Sabugal** com o objectivo de: “*Apoiar o desenvolvimento das actividades dos cursos da Iniciativa Novas Oportunidades*”, cujo encargo financeiro é de 24.000,00€ (Janeiro de 2010 – 4.000,00€, Abril de 2010 – 12.000,00€ e Junho de 2010 – 8.000,00€), **devendo** ser solicitada à Escola informação sobre a forma como esta participação é aplicada bem como **autorizar** o Presidente da Câmara a outorga-lo. -----

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar o Prolongamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho, no período de 18/12/09 a 03/01/10, conforme mapa seguinte:** -----

<i>TIPOS DE ESTABELECIMENTO</i>	<i>HORÁRIO</i>
Restaurantes, snack-bars, self-services, cafés, cafetarias, cervejarias, casa de chá, bares, geladarias, pizzerias, marisqueiras, pastelarias, confeitarias, casas de pasto e outros estabelecimentos análogos.	Até às 04 horas
Clubes, casas de fado, cabarets, boites, dancings e outros classificados como casas ou salas de dança e estabelecimentos análogos.	Até às 06 horas
Supermercados e mercearias	Até às 22 horas incluindo sábados

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** as *Normas de Funcionamento dos Roteiros Gastronómicos* a realizar de 13 a 16 de Fevereiro de 2010, a disponibilizar no site da Câmara: www.cm.sabugal.pt. -

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **deferir** o pedido de *licenciamento Higio-Sanitário* para venda de pão e produtos afins em veículo ligeiro de mercadorias com matrícula 46-HD-36, formulado por **Stefan Arva**. -----

- ❖ Informação dos **Recursos Humanos** sobre “**Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal**” sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:
 - a) **Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho** previstos no mapa de pessoal e não ocupados – valor previsto 216.122,30€, (inclui a despesa com remunerações, Subsídios de Férias, de Natal, de Refeição e Segurança Social);
 - b) **Alteração do Posicionamento Remuneratório na Categoria dos Trabalhadores** – valor previsto 25.471,81€ (inclui a diferença do valor das remunerações, dos subsídios de férias e de Natal, e a diferença do encargo com a Caixa Geral de Aposentações daí resultantes);
 - c) **Atribuição de Prémios de Desempenho**, não foi atribuído valor.
 A Câmara deliberou, por unanimidade, **aprovar** os referidos valores. -----

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **rectificar** as deliberações tomadas em reunião de Câmara de 04/09/09 e 02/10/09, passando a ter as seguintes redacções:
 - Face à informação nº 182-T/09, prestada pela DOM, foi deliberado, por unanimidade, **conceder** um apoio consubstanciado no fornecimento do tubo necessário à ampliação da rede de abastecimento de água até à entrada da Qt^a do Maranhão – Batocas, solicitada por **Manuel Costa Cunha**.-----

 - Carta de *Manuel Francisco Fernandes Nunes*, a solicitar um financiamento para obter acesso a um ramal de água. Deliberado, por unanimidade, **autorizar** a ligação do ramal e **conceder** um apoio consubstanciado no fornecimento do tubo necessário. -----

DIVISÃO FINANCEIRA

TOMADAS DE CONHECIMENTO

- ❖ A Câmara tomou conhecimento da *Reconciliação Bancária* referente ao mês de Novembro de 2009. -----

GABINETE JURÍDICO

- ❖ Informação do **Gabinete Jurídico** sobre a **venda do direito de superfície de imóvel a favor do Côa Camping, S.A.**, em substituição da cedência do direito de superfície à E.M. Sabugal +, para construção do futuro Parque de Campismo (cuja aprovação foi feita em sessão da Assembleia Municipal, de 28/12/09). A Câmara **tomou conhecimento e concordou** com a *alteração pretendida*, devendo o assunto ser **submetido** à *Assembleia Municipal*. -----

- ❖ Carta de Maria Helena Campos Mota, na qualidade de gerente da sociedade **PHARMAKIS – Sociedade Farmacêutica, Lda.**, a solicitar a emissão da certidão relativa à isenção do **IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis** (o pedido anterior foi objecto de aprovação pela A.M em sessão de 25/09/09, em nome de Sociedade Farmacêutica Raiana, Unipessoal, Lda.), em nome da Sociedade **PHARMAKIS – Sociedade Farmacêutica, Lda.**, em virtude de ter sido alterada a denominação social. Deliberado, por unanimidade, **submeter** o assunto para aprovação da *Assembleia Municipal*, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada pelo Gabinete Jurídico. -----

JUNTAS DE FREGUESIA

TRANSFERÊNCIA DE VERBAS

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **conceder** à **Junta de Freguesia de Vila do Touro** um subsídio no montante de 2.500,00€, para **Reparação do Forno Comunitário da Abitureira**, de conformidade com a deliberação genérica tomada em reunião de 08/03/99.-----

DIVERSOS

- ❖ Ofício da **Junta de Freguesia de Foios** a solicitar adiantamento da verba de capital de 2010 para aquisição de uma carrinha de mercadorias da marca Mitsubishi. A Câmara deliberou, por unanimidade **autorizar** o pedido. -----

OBRAS PÚBLICAS

SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIAS

- ❖ Deliberado, por unanimidade **autorizar** a substituição do reforço de garantia, por garantia bancária ao Consórcio entre Maquisusi – Sociedade, Construções e Transportes, Lda. e Construções Maia & Maia, S.A., referente à obra: **“Ligação A23 – Via Estruturante da Raia – 1ª Fase”** no montante de 86.539,93 €, com fundamento na informação prestada pelo respectivo serviço, acrescido de juros se a eles houver direito. -----

- ❖ Deliberado, por unanimidade **autorizar** a substituição do reforço de garantia, por garantia bancária ao Consórcio entre Maquisusi – Sociedade, Construções e Transportes, Lda. e Construções Maia & Maia, S.A., referente à obra: “**Ligação A23 – Via Estruturante da Raia – 1ª Fase**” no montante de 10.719,87 €, com fundamento na informação prestada pelo respectivo serviço, acrescido de juros se a eles houver direito. -----

RECEPÇÃO DEFINITIVA

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **receber definitivamente**, as seguintes obras:

☀ *Pavimentação de Arruamentos na Nave e Aldeia da Dona;*

☀ *Pavimentação de Arruamentos (Betuminoso) em Alfaiates.*

e promover a **restituição** das quantias retidas a título de reforço da garantia e a extinção das garantias prestadas. -----

DIVERSOS

- ❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** a minuta do contrato referente à obra: “**Via Estruturante da Raia – Obras de Arte, Drenagem e Vedações**”. -----
- ❖ Deliberado, por unanimidade **autorizar** o pagamento de uma indemnização no valor total de 4.000,00€, sendo 1.652,18€ pela expropriação do terreno e 2.347,82€ pelo abate de parte da plantação de pinheiros existente, a **José Luís Amaral**, residente no Bairro da Estrada, n.º 8, Cardeal, Freguesia de Rendo (parcelas n.º 89 e 218 do mapa de Expropriações), na sequência da obra “**Ligação A23-Fronteira – Via Estruturante da Raia – 1ª Fase**”, com fundamento na informação prestada pelos respectivos serviços. -----
- ❖ Informação do **Serviço de Obras Públicas** sobre o pedido formulado por **Ana Sofia Garcia da Fonseca Gil**, na qualidade de Herdeira de José Garcia da Fonseca, para proceder à medição da actual área do prédio inscrito na Matriz Predial Urbana do Soito, sob o n.º 27, do qual foram ocupados cerca de 22 m², (parcela n.º 21 do Mapa de Expropriações da Obra) no âmbito da obra: “**E.M. Soito – Ozendo e Variante ao Soito**”. Após ter sido feita medição do terreno à fita, concluiu o Serviço que a área actual era de 58 m². Deliberado, por unanimidade, **emitir** a necessária certidão. -----

**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GOP,S PARA 2010-2013 ORÇAMENTO PARA 2010 E
MAPA DE PESSOAL PARA 2010**

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer que o orçamento estava equilibrado e cumpria as normas legais em vigor, e se começaria a discussão deste ponto da ordem de trabalhos com a análise do **Orçamento da Receita**. Assim disse que se previa um valor total de receita de 29.996,21€ sendo 11.495.533€ - receita corrente e 18.501.288€ - receita de capital, sendo as mais significativas as seguintes:

Correntes

- 05100501 545.898€ - Concessão EDP (renda das linhas)
- 06030101 6.366.086€ - Transferências – Administração Central - Fundo Equilíbrio Financeiro
- 06030115 254.110€ - Direcção Regional Educação do Centro - com tendência a aumentar significativamente pelo facto dos 40 funcionários das escolas (não contemplados no mapa de pessoal) poderem vir a ser absorvidos pela Câmara, caso as negociações, durante o ano, cheguem a “bom porto” e das quais manterá o executivo sempre informado
- 0603019902 424.564€ - Transportes Escolares
- 07019901 397.777€ - Água (consumos)
- 07029902 356.480€ - Disponibilização de água para consumo
- 07039901 452.972€ - Rendas infraestruturas água
- 08019906 415.691€ - Compensação Parques Eólicos

Capital

- 10030101 4.244.058€ - Transferências – Administração Central - Fundo Equilíbrio Financeiro
- 10030701 9.204.953€ - FEDER
- 12060205 4.428.971€ - Empréstimo

De seguida passou-se à discussão e análise do **Orçamento da Despesa**. Considerando que o orçamento estava equilibrado o valor total da despesa era de 29.996,21€ sendo 22.436.483€ - despesa corrente e 18.501.288€ despesa de capital, sendo que as mais significativas eram:

Corrente

- 02 02011601 – 788.688€ - Água (Águas Zêzere e Côa - fornecimento)
- 02 02021001 – 617.945€ - Transportes Escolares
- 02 05010101 - 992.000€ - Empresas públicas municipais e intermunicipais (E.M. Sabugal +)
- 02 050103 - 807.784€ - Empresas Privadas

Relativamente ao documento *Grandes Opções do Plano para 2010-2013* o Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que nas GOP,s havia 4 situações que queria referir em particular.

1 – Nas acções previstas em áreas como a Cultura, Acção Social e Educação, seriam as verbas diluídas nas diferentes rubricas da despesa corrente.

Tinha achado preferível colocar as situações em “*banda larga*” pois permitiria que a Câmara pudesse depois vir a deliberar acção/acção, tendo como base as rubricas inscritas. -----

2- Salientou:

A obra de Requalificação de Margens do Côa Entre Pontes. Esperava-se para breve a entrega do projecto que estava para alteração em função do parecer emitido pelo Ambiente, por forma a poder ser candidatada via Comurbeiras, a quem já tinha sido dada indicação dessa pretensão, até 31/12 , mas que para haver candidatura teria que primeiramente ser aberto concurso.

Pôr a concurso a construção dos Centros Educativos de Sabugal e Soito cujos projectos já estavam concluídos, aguardando-se apenas a abertura de financiamento uma vez que as anteriores já se encontravam esgotadas. Que a abertura dos concursos seria mais cedo ou mais tarde, conforme a abertura dessas linhas de crédito. Que estas obras seriam sempre feitas, considerando que o Ministro tinha dito que para este tipo de obras haveria sempre dinheiro, desde que aprovada a Carta Educativa, o que era o caso do Sabugal que tinha aprovados 4 Centros Educativos.

Ligação A23 - E.N. Alto de Pousafoles – Esta rubrica tinha bastante verba para 2011 e 2012 e apenas 300 000€ para 2010. Que inicialmente tinha um valor bastante superior mas que pelo facto de não ter financiamento garantido em contratualização ficaria a “*marcar passo*” até haver qualquer evolução na questão do financiamento.

Não havendo questões a colocar sobre este documento passou-se à discussão do **Mapa de Pessoal para 2010**.

Tomando a palavra o **Presidente da Câmara** disse que nos termos da lei deveria também ser aprovado, anualmente, com o Orçamento, o Mapa de Pessoal para 2010. Assim previa-se:

Pessoal **a contratar** em regime de trabalho por **tempo indeterminado**:

- 1- Arquitecto
- 1- Engenheiro Civil
- 1- Engenheiro Electromecânico
- 1 -Técnico de Contabilidade
- 3- Assistentes Técnicos
- 2- Assistentes Operacionais
- 2 -Cantoneiros de Limpeza
- 4 -Auxiliares dos Serviços Gerais
- 9- Professores de Educação Física
- 9 -Professores de Inglês
- 8 -Professores de Música e outras actividades

Para resolver a questão da contratação destes professores que actualmente se tem feito através da E.M. Sabugal, tendo posteriormente a Câmara que transferir a respectiva verba

Pessoal **a contratar** em regime de trabalho por **tempo indeterminado** – **Concursos a decorrer**

- 1 – Técnico Superior Ciências Agrárias
- 1 – Técnico Superior em Engenharia Ambiental
- 1 – Técnico Superior Engenharia Biotecnológica
- 1 - Técnico Superior Acção Social
- 1 – Tec. Superior Psicologia
- 1 – Tec. Superior Especialista de Informática
- 1 - Tec. Superior Engenharia Topográfica
- 1 – Tec. Superior Arqueologia
- 1 – Tec. Superior Comunicação e Relações Económicas
- 2 - Fiscais Municipais
- 2 – Canalizadores
- 1 – Motorista
- 2 – Jardineiros

Para contratação de pessoal e resolução de algumas situações existentes em que já existe pessoal a desempenhar funções.

Não havendo questões, foi colocado à **votação** o documento relativo:

ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010 – 2013, que foi **aprovado** por maioria. Na votação registaram – se os votos a favor de: Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereador Ernesto e

as abstenções dos Vereadores: Joaquim Ricardo, António Dionísio, Luís Sanches e Sandra Fortuna. -----

Ao ORÇAMENTO PARA 2010, que foi **aprovado** por maioria. Na votação registaram - se os votos a favor de: Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereador Ernesto e as abstenções dos Vereadores: Joaquim Ricardo, António Dionísio, Luís Sanches e Sandra Fortuna. -----

AO MAPA DE PESSOAL PARA 2010 que foi **aprovado** por maioria. Na votação registaram - se os votos a favor de: Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereador Ernesto e as abstenções dos Vereadores: Joaquim Ricardo, António Dionísio, Luís Sanches e Sandra Fortuna. -----

No final desta votação os Vereadores **Joaquim Ricardo** e **António Dionísio** disseram que pretendiam fazer as suas declarações de voto. Assim:

“Declaração de voto do Vereador Joaquim Ricardo

O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos são (devem ser) os principais instrumentos de gestão para qualquer Organização e as Autarquias Locais não fogem a esta regra.

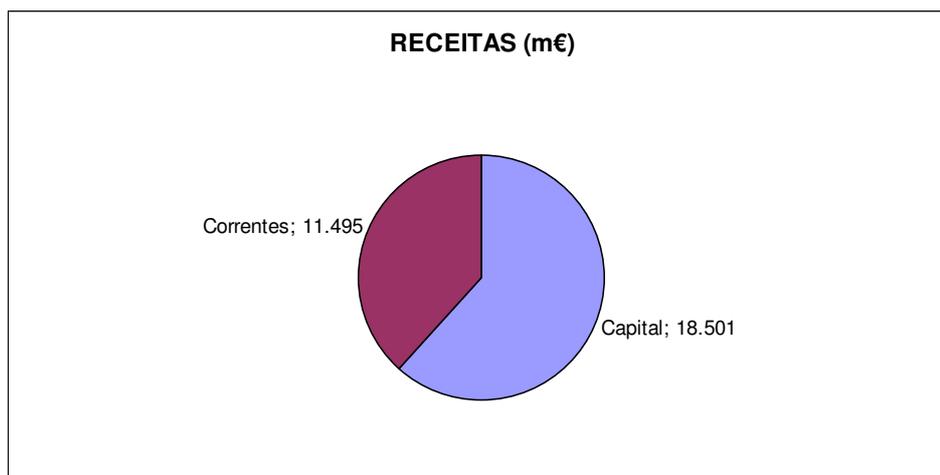
Com efeito, é nestes documentos que se fazem as previsões das receitas e despesas anuais, no orçamento anual, e se traçam as principais orientações de curto e médio prazo, no Plano de investimentos, que irão ser responsáveis pelo futuro do território que administram, no que diz respeito ao seu desenvolvimento económico e social.

Os orçamentos devem realistas e procurar aproximarem-se, tanto quanto for possível da realidade, traduzido na execução orçamental. E, neste sentido, na previsão das despesas deve ser utilizado o critério da “estimação por cima”, isto é, deve se ser cauteloso para que todas as despesas tenham um futuro cabimento orçamental, sem contudo se cair no exagero. As receitas devem ser orçamentadas utilizando o critério da “estimação por baixo”, para que haja garantia do seu recebimento.

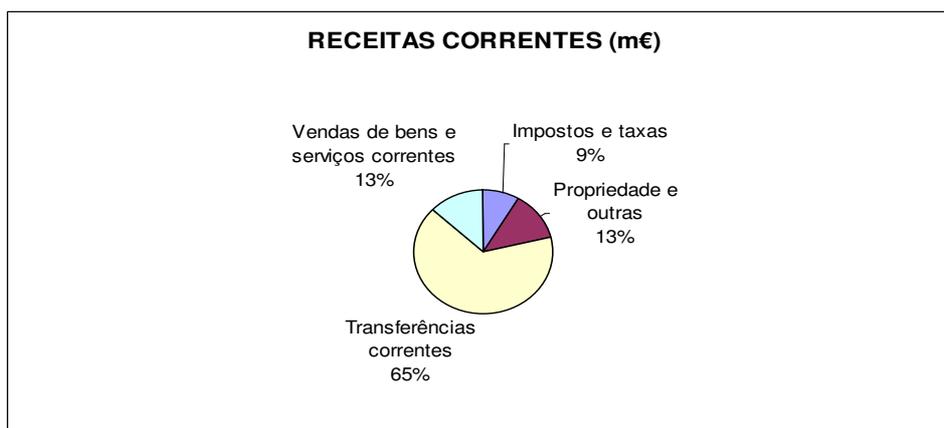
O Plano de Investimentos é (deve ser) o verdadeiro motor do desenvolvimento económico e social que o gestor deseja para a região de que é o seu principal responsável. É neste documento que são feitas as grandes opções que se traduzem na qualidade dos investimentos previstos e nos resultados que são esperados – bem-estar social, criação de emprego, infra-estruturas, etc..

A nossa autarquia gere um território fortemente desertificado e envelhecido e carece de um forte investimento direccionado para a criação de emprego, de medidas de apoio às empresas existentes e a procura de investimentos que revertam ou estagnem o fenómeno de saída da nossa juventude.

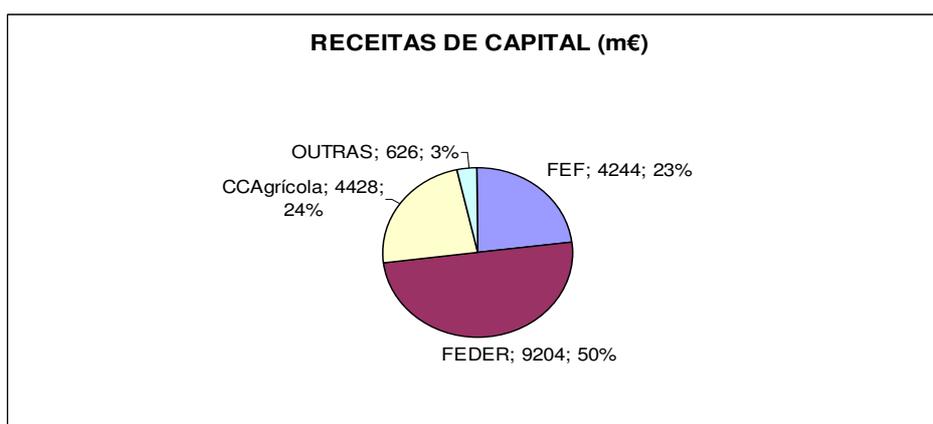
Ora, da análise aos documentos apresentados nada disso se conclui, senão vejamos:



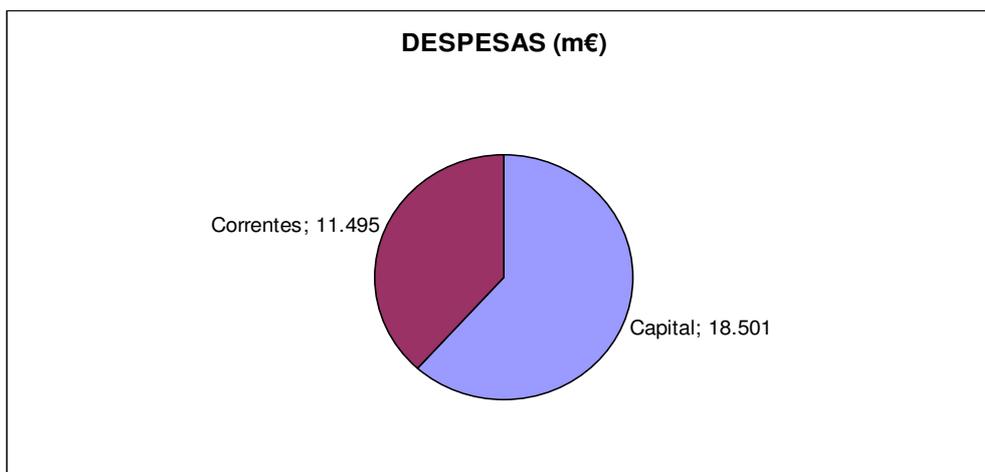
As receitas orçamentadas somam 29 996 milhares de euros, ultrapassando o do ano anterior em cerca de dois milhões de euros. As receitas de capital ultrapassam fortemente as receitas correntes. E nestas, as transferências correntes representam 65% do total; as vendas de bens e serviços e os rendimentos de capital e outras 13%. Os impostos e taxas representam somente 9%. Resulta, portanto que a autarquia tem uma elevada dependência externa já que as suas receitas somente totalizam 35%.



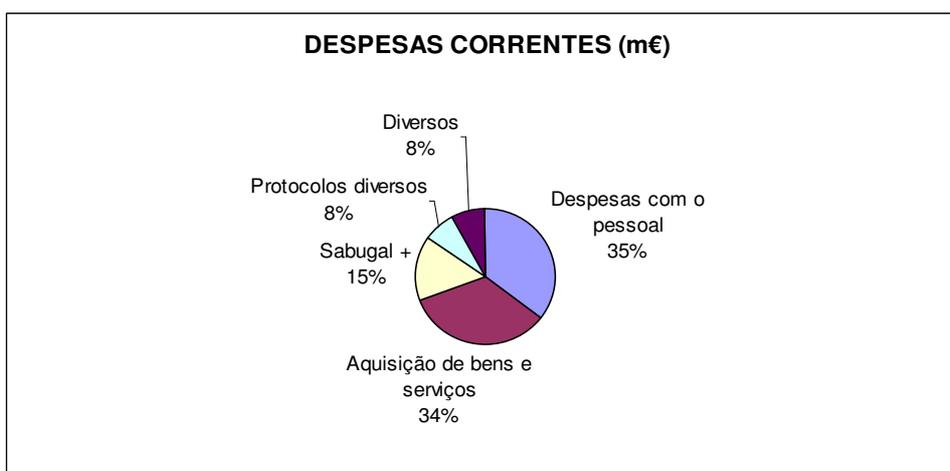
As receitas de capital são na sua totalidade oriundas do exterior – não há meios financeiros libertos internamente. A autarquia terá necessidade de se financiar na banca em 4 428 milhares de euros, que representa cerca de 24% do investimento total. As restantes receitas pertencem ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro – 23% e aos fundos comunitários, FEDER, 50%, este metade de todo o orçamento para financiamentos.



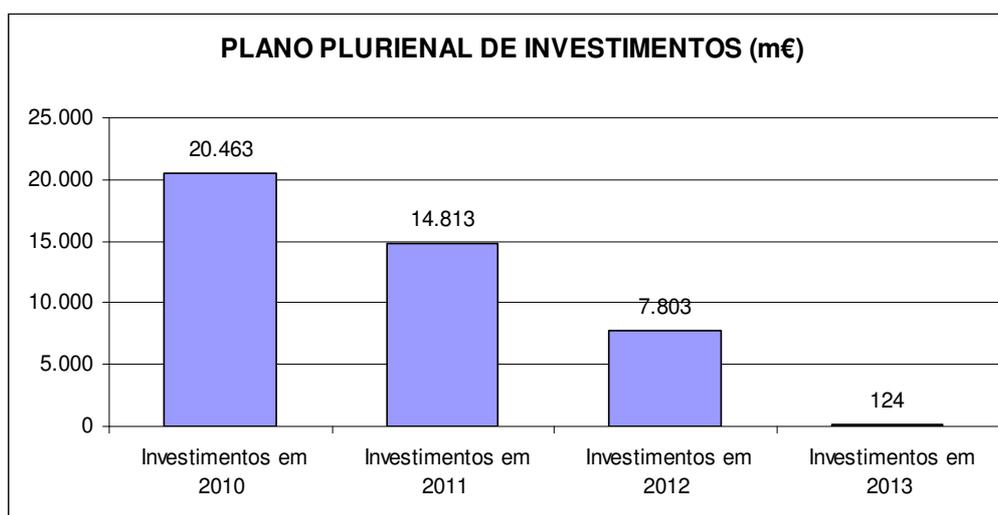
As receitas de capital têm origem na sua totalidade do exterior. A dívida à banca em 14 de Dezembro de 2009 (segundo informação do Sr. Presidente), totalizava 5 879 milhares de euros. Ora, se atendermos que o limite de endividamento líquido municipal, nos termos do artigo 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, não pode exceder 125% do somatório do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior e estas (atendendo aos valores previstos para 2010) totalizarão cerca de 5 053 milhares de euros, resulta que o valor do endividamento permitido será de 6 316 milhares de euros (5 053 x 125%). Conclui-se, daqui, que faltarão cerca de 437 mil euros para atingir esse limite.



Tal como já foi referido para o orçamento das receitas, as despesas orçamentadas, Correntes e de Capital, totalizam cerca de 29 996 milhares de euros. E, como se poderá verificar, nas despesas correntes destacam-se as orçamentadas para custos com pessoal – 35%; Aquisição de bens e serviços com 34%; as participações (subsídios) para a Empresa Municipal Sabugal +, com 15% e por último com 8% do orçamento cada para as despesas com protocolos diversos e outras despesas.

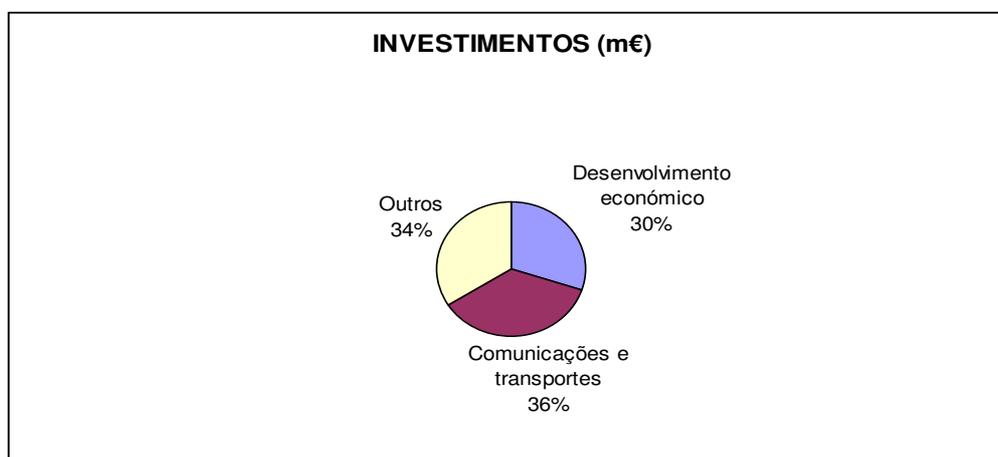


Convém ainda referir que, se juntarmos as despesas com o pessoal (35%), os subsídios atribuídos à Empresa Municipal Sabugal + (15%) encontramos um valor que ronda os 50% para despesas com pessoal, pois as despesas da empresa são essencialmente com pessoal.



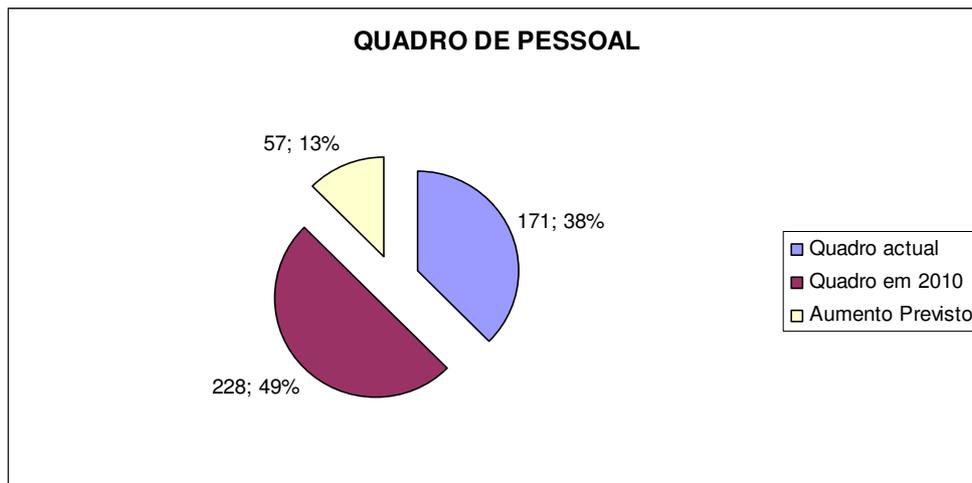
O valor para os investimentos nos próximos quatro anos contemplado no Plano Plurianual de Investimentos decresce à medida que se afasta do ano de 2010. Não se percebe o motivo de tal decréscimo, já que, se pensarmos que em termos de QREN este vai até ao ano de 2013. Presumo que só se justificam estes valores por falta de visão estratégica!

Por outro lado e se analisarmos o quadro abaixo, verificamos que 66% do investimento para o ano de 2010 está contido em duas rubricas Desenvolvimento económico e Comunicações e Transportes. A primeira tem como principal obra a conclusão do balneário das termas do cró – 3 545 milhares de euros. A segunda tem como principal responsável a ligação à A23 com cerca de 5 927 milhares de euros.



Por último, cabe-me analisar o plano de admissão de pessoal requerida para o próximo ano e que irá representar cerca de 13% dos actuais efectivos. E, mal se compreende um tão brusco aumento do quadro de pessoal, tanto mais que nesta data ainda se encontra a decorrer um concurso para a admissão de cerca de 13 funcionários.

Assim e não obstante, até concordo com a admissão dos 26 professores já que isso se torna necessário para colmatar a necessidade assumida nestas áreas no 1º ciclo do ensino básico. Quanto aos restantes não concordo.



CONCLUSÃO:

Por tudo quanto ficou dito e em resumo, o meu voto é o seguinte:

1. **VOTO CONTRA** o aumento do quadro de pessoal previsto no plano de admissões para 2010, com excepção do relativo a contratação de professores;
2. **VOTO DE ABSTENÇÃO**, relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2010:
 - *Porque não se denota rigor na sua elaboração dado que a grande maioria das rubricas se encontram orçamentadas por baixo e, ao contrário, outras estão orçamentadas muito acima do que é previsível. Resulta, pelo exposto e inevitavelmente futuras correcções orçamentais que vão para além do que seria razoável e aconselhável;*
 - *Porque são inexistentes as medidas previstas tendentes à criação de postos de trabalho, nomeadamente porque é nula a previsão de ajuda às empresas existentes e na captação de novos investidores;*
 - *Porque ao contrário do previsto, a ligação à A23 deveria ser feita com dinheiros oriundos do Orçamento Geral do Estado e não da autarquia, pois a não ser assim e como ficou provado na exposição supra, esta ficará profundamente endividada e já muito próximo do seu limite máximo, comprometendo investimentos futuros;*
 - *Porque o Plano Plurianual de Investimentos é omissivo quanto às intenções da Câmara para os anos seguintes a 2010, já que os valores apresentados (14 813 m€, 7 803 m€ e 124 m€) não têm qualquer credibilidade e que denota uma enorme falta de visão estratégica.*

“ Declaração de voto do Vereador António Dionísio

Tendo em atenção os documentos apresentados pelo Executivo Municipal, referentes às Grandes Opções do Plano, Orçamento de Despesa, Orçamento de Receita e Mapa de Pessoal, e após uma análise cuidada dos mesmos, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, vão optar pela abstenção na votação dos mesmos.

Porque este sentido de voto encerra em si um profundo desacordo com as propostas apresentadas, emitimos a seguinte Declaração de Voto:

1. AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, ROSTO DA INEXISTÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA E DE UMA VISÃO DE FUTURO PARA O CONCELHO DO SABUGAL

O Documento apresentado demonstra claramente que se está perante uma Proposta Orçamental que mantém, quando não aprofunda, opções políticas anteriores e com as quais não podemos estar de acordo.

Defendemos um Concelho do Sabugal onde os actuais habitantes sintam que é bom viver aqui; onde os nossos idosos tenham boas condições de vida; onde os nossos jovens se sintam atraídos para aqui se fixarem e constituírem a sua família; onde os cidadãos em idade activa tenham níveis de formação adequados a um tecido empresarial que se quer moderno e competitivo; onde os empresários existentes tenham condições para desenvolver e expandir a sua actividade e o Concelho seja capaz de atrair novos investidores.

Defendemos, assim, a criação de condições para que o Concelho do Sabugal seja um Concelho com futuro, coeso social e territorialmente, competitivo a nível regional e nacional, o que passaria antes do mais por definir estratégias claras e motivadoras de desenvolvimento sustentado e sustentável.

Ora o Documento apresentado quase nada tem a ver com os princípios que defendemos e os objectivos que gostaríamos fossem alcançados.

Estamos perante uma proposta para o ano de 2010 de desânimo e de resignação face à actual situação do Concelho do Sabugal.

Se, em tempo, tivesse sido definida uma estratégia de desenvolvimento, hoje estaríamos perante uma proposta onde claramente seriam identificadas as acções que contribuam para se alcançarem os objectivos e as metas definidas.

E nessa situação não teríamos uma proposta orçamental onde questões fundamentais para o desenvolvimento do Concelho com são a Educação; a Cultura, o Desporto e os Tempos Livres; a Acção Social; a Saúde Pública; a Habitação e a Urbanização; o Saneamento e Salubridade; e a Protecção Civil, representariam apenas 20% do total dos Investimentos previstos, situação que é, aliás, agravada pelo facto de 26% do total das verbas afectadas a estes Objectivos se referirem a Despesas Correntes e 33% a obras de construção e beneficiação.

Este quase desprezo a que as questões sociais, culturais, de educação e formação, da saúde pública, do saneamento e salubridade (quando sabemos que, infelizmente, uma parte significativa das nossas Freguesias ainda se debate com algo que devia envergonhar todos os eleitos autárquicos, a falta de água e a inexistência de redes de saneamento básico), da requalificação urbana e do desenvolvimento urbano das nossas aldeias, vila e cidade e da protecção civil, não é irrelevante, antes pelo contrário.

O momento de elaboração de um Orçamento pode e deve ser um momento de reflexão sobre o que queremos para o nosso Concelho.

E as perguntas e dúvidas que nos deixam as propostas orçamentais destes primeiros sete Objectivos podem ser resumidas nas seguintes questões:

- *Em que medida as propostas apresentadas conduzem a que dois jovens decidam constituir família e viver e ter filhos no nosso Concelho?*
- *Que oportunidades de educação e formação são melhoradas ou criadas com as propostas agora apresentadas?*
- *Quais destas propostas contribuem para a melhoria das condições de vida dos nossos idosos? (Seja no acesso à saúde e aos serviços públicos autárquicos ou não; seja no apoio ao dia-a-dia dos idosos isolados ou em situações de menor inclusão social; seja no apoio às práticas de uma agricultura de subsistência.)*
- *Em que medida estas propostas contribuem para melhorar o ambiente urbano das nossas Freguesias? (do ponto de vista do saneamento e salubridade, mas igualmente de criação de condições favorecedoras da intervenção dos particulares na reabilitação do património edificado e no que respeita à definição de regras urbanísticas de gestão do espaço urbano.)*
- *Em que medida as propostas agora apresentadas criam as condições de prevenção e de eficácia da resposta a situações como as que se viveram no Verão passado?*

Dirão que a resposta aos grandes desafios que se colocam ao Concelho se traduzem nos 13,1 milhões de euros (63,8% das GOP) afectos a dois únicos Objectivos: Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e Comunicações e Transportes.

Mas, por vezes os grandes números tapam as realidades e, uma leitura rápida da Proposta faz, de imediato, ressaltar que apenas dois investimentos já em curso, absorvem 8,4 milhões, 64,1% do total destes dois Objectivos: A Ligação à A23, com 4,5 milhões de euros orçamentados e as obras nas Termas do Cró, com 3,9 milhões de euros.

E se em relação às Termas do Cró, estas podem transformar-se, sem dúvida, num dos pólos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento concelhio, já em relação aos investimentos avultados com a opção tomada para a ligação da fronteira à A23, nos parecem muito contestáveis e mandaria o bom senso que, honrando os compromissos já assumidos, se parasse para pensar, não continuando a enterrar dinheiro em novos investimentos sem, previamente, se reanalisar se esta é a melhor opção.

E esta questão prende-se com a necessidade de não deixar cair, ou ignorar, questões muito importantes como são as ligações entre as freguesias e a sede do Concelho, mas também as ligações inter-freguesias e entre as sedes de freguesia e as suas Anexas num processo de melhoria dos níveis de coesão territorial.

Mas voltemos às questões da inexistência de uma estratégia de desenvolvimento e de afirmação regional do Concelho do Sabugal.

E neste ponto, temos de afirmar de forma inequívoca que este Orçamento roça os limites da decência.

Se não, vejamos:

- **Turismo** – retirando as verbas afectas às Termas do Cró, o Documento apresentado prevê uma despesa para este Sector de apenas 113.200€, dos quais, 59.200€ se referem a compromissos inerentes à participação no Agrupamento Cinegético, na Associação de Municípios do Vale do Côa e na Associação de Desenvolvimento Turístico “Aldeias Históricas de Portugal”.

E, ainda mais espantoso, aquilo que foi considerado como fundamental, a integração do Município em candidaturas aprovadas no âmbito do PROVERE, reflectem-se na proposta orçamental para 2010 em apenas 10.000€, para a elaboração de um Plano de Animação, Comunicação e Marketing de Sortelha, não se percebendo assim qual a importância da presença do Concelho em Programas que têm previsto investimentos de largos milhões de euros.

- **Actividades Económicas** – *Embora previstas despesas superiores a 2 milhões de euros, a sua afectação demonstra aquilo que pensamos sobre este Orçamento. Na verdade, desta verba 1,1 milhões destinam-se à Empresa Municipal Sabugal+; 510.783€ para aquisição de terrenos; 153.529€ para pagamento dos compromissos com o Centro de Negócios do Soito; e 136.821€ para a Zona de Localização de Empresas do Alto do Espinhal.*

Restam, deste modo, apenas 110.000€ para tudo o resto, o que se ainda é mais gravoso se se atender a que para o Apoio à Criação de Postos de Trabalho se reservam apenas 20.000€!

E novas perguntas e dúvidas nos deixam as propostas orçamentais destes dois Objectivos:

- *Em que medida as propostas apresentadas conduzem a que os jovens sabugalenses decidam desenvolver a sua actividade profissional no nosso Concelho?*
- *Que condições de incentivo ao desenvolvimento da actividade das empresas já existentes cria?*
- *Qual o contributo deste Orçamento para a competitividade territorial do Concelho, conduzindo à fixação de novos investidores?*
- *Que estratégia para o desenvolvimento do Centro de Negócios do Soito?*
- *Como contribui este Orçamento para o aprofundamento das relações com a Plataforma da Guarda, com Penamacor (a quem nos liga a reserva da Malcata e a Marca “Terras do Lince”?) e com Salamanca e Ciudad Rodrigo?*
- *Qual o contributo que este Orçamento dá para o desenvolvimento harmonioso de todo o Concelho, invertendo ou prevenindo situações de exclusão territorial como por exemplo a descentralização dos investimentos para instalação e desenvolvimento da indústria?*
- *Qual o papel que o Município entende dever ser assumido pela Barragem do Sabugal, pela Serra da Malcata e pelo riquíssimo património cultural material e imaterial enquanto motores do desenvolvimento turístico do Concelho e onde está reflectido no Orçamento apresentado?*
- *Qual o papel que os sectores agrícola, agro-pecuário, florestal e silvo-pastorício devem desempenhar no processo de desenvolvimento do Concelho e onde está reflectido no Orçamento apresentado?*

No que diz respeito às propostas referentes ao Objectivo “Defesa do Meio Ambiente”, consideramos que as mesmas assumem, infelizmente, um papel residual. Na verdade, e retirando uma verba já cativada de mais de 720.000€ para a recuperação das margens do Côa entre pontes na cidade do Sabugal, e os 120.000€ que se prevê gastar na Arborização da Av. 25 de Abril na cidade do Sabugal, este Objectivo é contemplado com pouco mais de 230.000€, num Concelho onde as questões ambientais têm uma importância acrescida.

Saliente-se que para a Defesa da Floresta, o Executivo Municipal propõe uma verba de 10.000€!

Questões como a eficiência energética, a utilização de energias renováveis nos edifícios autárquicos, as questões da Agenda 21 Local, a limpeza e tratamento das linhas de água, a aquisição de uma frota automóvel autárquica limpa, a criação de Parques Urbanos, etc. etc., não constituem prioridades suficientes para que as mesmas integrem a Proposta Orçamental para 2010!...

Uma reflexão especial nos merece a questão das Transferências para as Juntas de Freguesia. Defendemos que o Município deve delegar o máximo de competências possível, sempre que a Junta de Freguesia esteja de acordo e, naturalmente, acompanhada da transferência das verbas adequadas.

Este é um processo que, no entanto, não pode nem deve ficar ao livre arbítrio do Município que, caso a caso, decide quais as competências a delegar e a que Juntas.

Saudamos o esforço financeiro que resulta da leitura da proposta orçamental para 2010 apresentada, mas defenderemos sempre que, a não constar da mesma, deverá o Executivo Municipal, após obter o acordo das Juntas de Freguesia, apresentar e submeter à aprovação da Câmara Municipal, no início de 2010, um documento contendo, Junta a Junta, as competências delegadas e as respectivas verbas a transferir.

Saudamos igualmente o esforço orçamental do Objectivo “Sabugal Concelho Digital”, pois este sim é um campo onde todo o investimento que venha a verificar-se contribuirá, decisivamente, para o desenvolvimento do Concelho.

Não podemos, no entanto, deixar de alertar para uma questão da máxima importância nesta área e que se prende com a infraestruturação em fibra óptica do Concelho do Sabugal. Processo em curso a nível nacional, consideramos dever o mesmo ser uma prioridade para o Município, o qual se deve envolver directamente, integrando as movimentações público-privadas que começam a ser uma realidade no Distrito da Guarda, nomeadamente no seio da “Guarda Digital”.

2. A PROPOSTA ORÇAMENTAL DE DESPESAS CORRENTES PARA 2010

A proposta orçamental referente às Despesas Correntes apresenta um valor global de 9,5 milhões de euros, representando pouco mais de 30% do total do Orçamento proposto. Porque acreditamos na competência dos Técnicos Camarários, consideramos que não violará qualquer disposição legal a introdução nas Grandes Opções do Plano de 2,2 milhões de euros de Despesas Correntes. Solicitamos, no entanto, uma informação adicional justificativa desta opção.

A proposta apresentada representa um significativo agravamento das despesas com o pessoal que passam dos 3,5 milhões de euros constantes do Orçamento aprovado em 2009 para 4 milhões, um agravamento superior a 14%, o que, não se podendo associar a aumentos de vencimentos da Administração Pública, só poderá ter explicação numa suborçamentação do Orçamento ainda em vigor, ou como resultado das novas contratações previstas, o que se afigura pouco realista, se se atender a que estão em curso Concursos de Admissão para 9 Técnicos Superiores e 7 Assistentes Operacionais e se prevê contratar mais 41 funcionários, dos quais 26 Professores e 4 Técnicos Superiores.

Compreendendo que as Actividades Extra-curriculares nas EBI's é assumida pela Autarquia, solicitamos uma informação tão completa quanto possível sobre como esta situação foi resolvida nos anos anteriores e, porque parece verificar-se uma alteração dos métodos seguidos, a explicitação da razão desta alteração.

Deverá igualmente o Sr. Presidente esclarecer-nos se a verba transferida da Administração Central para cobrir esta despesa é a suficiente, ou se a Autarquia está a afectar verbas próprias para a mesma.

Consideramos igualmente que se torna urgente implementar medidas de contenção de despesas de funcionamento, no que diz respeito, sobretudo, às questões energéticas e de comunicações, onde, apesar de se prever afectar menores recursos financeiros, se continua a orçamentar cerca de um milhão de euros em 2010.

E gostaríamos de colocar a questão sobre se a verba indicada inclui a factura energética dos equipamentos culturais e desportivos cuja gestão está entregue à Sabugal+, ou se a esta verba ainda há a somar as referentes àqueles equipamentos.

A realização de auditorias energéticas aos edifícios, por exemplo no âmbito do Protocolo assinado entre a ANMP e a EDP, a definição e implementação de Planos de Racionalização de Consumos de Energia, a utilização de energias alternativas, eis um conjunto de medidas que, infelizmente, parecem estar longe das preocupações do Executivo Municipal, considerando que se deveria de imediato elaborar um Plano Municipal de Eficiência Energética e, o mais rápido possível, a Agenda 21 Local.

Realce especial merecem as despesas orçamentadas no que diz respeito à Água (788.688€), ao Tratamento de Efluentes/Saneamento (414.600€) e ao Depósito e Tratamento de Lixos (282.568€), as quais, no seu conjunto, representam quase 16% do total das Despesas Correntes.

Supondo que estas despesas decorrem dos compromissos com as Empresas “Águas do Zêzere e Côa” e “RESISTRELA”, o seu montante obriga-nos a solicitar ao Sr. Presidente uma informação mais detalhada dos mesmos, para total compreensão do que representa a nossa ligação àquelas empresas e ao modo como têm sido defendidos os interesses do Concelho, nomeadamente no que diz respeito a compensações devidas pelo papel que a Barragem do Sabugal assume na garantia de fornecimento de água a muitos Concelhos da Beira Interior.

3. A PROPOSTA ORÇAMENTAL DE RECEITAS PARA 2010

No que diz respeito à Receita, no valor de perto de 30 milhões de euros, não podemos deixar de ressaltar os seguintes aspectos principais.

Em primeiro lugar esta Proposta prevê que o Município arrecade mais 4,1% de Impostos Directos, sobretudo devido ao IMI (+9,2%) e ao IUC/IMV (+12,2%).

No total dos impostos directos, indirectos e de taxas, multas e outras penalidades, o Município prevê arrecadar em 2010 991.001€, isto é, 3,3% do total da Receita prevista.

Ao mesmo tempo, prevê-se que a transferência variável no IRS seja de, apenas, 156,6 mil euros.

Isto é, no total, o peso de tudo isto não ultrapassa os 3,8% do total da receita prevista.

Mais algumas questões que esta proposta nos levanta

- *Qual a razão porque da concessão com a EDP resultará em 2010 mais 5,2% que em 2009? Solicitamos que nos seja facultado o contrato de concessão com esta Empresa e nos seja facultada informação mais detalhada sobre o cálculo anual da receita.*
- *Igualmente estranhámos que a receita associada ao Transportes Escolares passe de 118.304€ em 2009 para 424.564€ em 2010, quase triplicando. Não se prevendo novos encerramentos de escolas EBI, nem se prevendo um aumento significativo de alunos a transportar, com se explica esta alteração? Os cálculos foram mal efectuados em 2009 e corrigidos durante o ano, ou se trata de uma forma diferente de apresentar as contas?*

- *As receitas associadas ao fornecimento de água e saneamento sobem em 2010 7,9% em relação a 2009. Não se acreditando que o Executivo se prepare para propor aumentos nesta percentagem, o que seria no mínimo escandaloso e mereceria o nosso total repúdio, como se justifica este aumento tão significativo?*
- *Em sentido contrário, as rendas a receber decorrentes de infraestruturas de água e saneamento, sofrem em 2010 uma diminuição de 334% em relação a 2009. Consideramos que uma redução deste nível exige do Sr. Presidente uma explicação que nos permita perceber o que aconteceu durante este ano e que justifica esta redução.*
- *A compensação devida pela instalação de Parques Eólicos no nosso Concelho vem subindo de ano para ano, com um incremento previsto para 2010 (superior a 415 mil euros), de 8,7%, face ao ano de 2009. Porque esta rubrica ganha importância crescente no conjunto da receita, solicitamos que nos seja facultada a seguinte informação: Quantos sistemas eólicos estão instalados e onde no Concelho? Que novos investimentos estão previstos nos próximos anos? Qual a estimativa de receitas anuais que se prevê venham a verificar-se nos próximos anos?*
- *Resultando dos documentos apresentados que o Passivo Financeiro teve em 2009 um decréscimo de 37%, passando de 6,1 milhões de euros para 4,4 milhões de euros, solicita-se esclarecimentos adicionais sobre a situação financeira da Autarquia justificativa da amortização efectuada e das condições das dívidas assumidas.*

4. CONCLUSÃO

Esta é a nossa posição em relação aos documentos apresentados, os quais, consideramos, vêm demonstrar que, este Executivo com este orçamento, não reúne as condições para ser o motor do desenvolvimento do Concelho do Sabugal. Este não é, nem poderia ser o nosso Orçamento.

Não nos revemos no mesmo, pelo que não podemos aprová-lo!

Mas não nos revemos naqueles que, tirando proveito da não existência de um governo maioritário, pensemos em obrigar quem mais votos teve, a governar segundo o Programa de quem não ganhou.

E por isso, se este é o Orçamento do Sr. Presidente e dos Vereadores do PSD, então, pese embora o nosso pensamento profundamente negativo sobre o mesmo, vamos abster-nos na votação, dando deste modo oportunidade ao Executivo Municipal de governar e demonstrar que estamos errados.

Mas que não fique a ideia de que estamos a passar um cheque em branco ao Executivo Municipal.

A seu tempo apresentaremos as nossas propostas, traduzindo as ideias que temos para o futuro do nosso Concelho e demonstrando que, com o mesmo nível de receita e de despesa é possível concretizar propostas que contribuam decisivamente para a construção de um Concelho do Sabugal com futuro.

Os Vereadores do Partido Socialista António Dionísio Luís Sanches - Sandra Fortuna

---Sendo dezoito horas e quinze minutos e não havendo mais assuntos a tratar foi declarada encerrada a reunião cuja acta foi aprovada em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, que por mim _____, Assistente Técnica foi lavrada e vai ser assinada, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA

-António dos Santos Robalo -